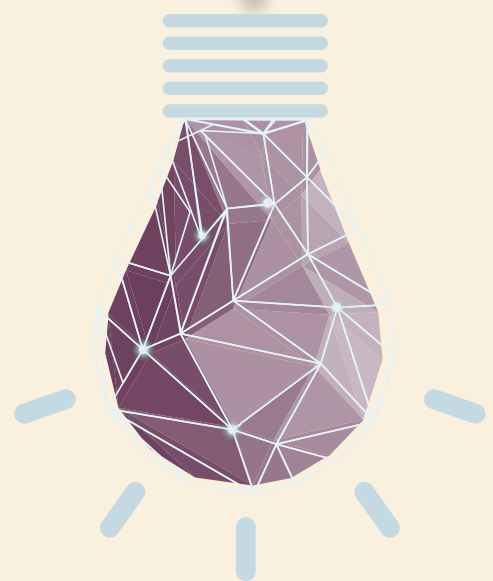


INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade

Danielle Garcia
Sarah Lima





APRESENTAÇÃO

Ensinando a inclusão

As cartilhas que compõem esta coleção destinam-se a formar uma consciência mais do que a ensinar procedimentos pedagógicos. O projeto “Desenvolvimento e validação de material instrucional para a orientação de docentes do ensino superior nos processos de ensino a alunos com necessidades educacionais especiais” é disso uma boa comprovação. Claro, este é o seu objetivo mais imediato: facilitar rotinas pedagógicas na tarefa de incluir no todo da UFRN pessoas com necessidades especiais de aprendizados.

Coordenado pela professora Izabel Hazin, do Departamento de Psicologia, dele se poderia dizer que suas cartilhas se destinam a ensinar a ensinar. Porém, dizendo que elas pretendem formar consciência, quero ressaltar que ajudarão a consolidar uma política de inclusão que tem revelado resultados absolutamente animadores em nossa instituição.

Não tenho qualquer dúvida de que o seu lançamento – e a importância pedagógica que contém – vem ao encontro de marcantes realizações no contexto dos 60 anos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, significando, afinal, um fruto concreto da política mencionada.

O esforço de que resultam é merecedor do nosso aplauso e do reconhecimento de todos. E não tenho dúvida de que a sua utilização tornará mais eficazes as rotinas pedagógicas no campo da inclusão, justificando a avaliação positiva que temos merecido nesta área.

Que venham outros materiais dessa mesma natureza no futuro. E que a política de inclusão aqui desenvolvida acolha mais e mais estudantes que, por serem pessoas com necessidades educacionais especiais, injustificada e irresponsavelmente eram mantidos à margem do estudo superior à falta de uma política efetiva e dos meios efetivos para praticá-la.

Profa. Dra. Ângela Maria Paiva Cruz

Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prefácio

A trajetória da inclusão em ambientes regulares de ensino constituiu-se enquanto realidade brasileira já na década de 1990. A partir desta data, Leis, Decretos, Resoluções, Diretrizes foram promulgadas. Tal conjunto de documentos oficiais busca garantir a igualdade, a equidade e o respeito à diversidade, sendo estes pilares centrais de uma perspectiva inclusiva.

Porém, tal movimento esteve em seus primórdios basicamente circunscrito à educação básica, apenas adentrando no âmbito das universidades nos últimos anos. A reivindicação das pessoas com necessidades especiais pelo direito de ingressar, permanecer e finalizar o seu curso é hoje uma realidade para o ensino superior brasileiro.

A construção de uma universidade inclusiva exige uma revisão de conceitos e preconceitos, exige um reinventar dos espaços de aprendizagem. Trata-se de processo cuja pactuação precisa ser coletiva e constante. Para tanto, o primeiro passo na garantia deste direito é o conhecimento, é o reconhecimento da diferença, é o enfrentamento de suas idiosincrasias. A compreensão das diferentes necessidades especiais previstas em Lei é condição *sine qua non* para que gestores, professores, técnicos e estudantes participem da construção de rotas de aprendizagem e desenvolvimento diferentes daquelas denominadas típicas.

Buscando contribuir com este cenário complexo, o conjunto de cartilhas ora ofertado à comunidade universitária é produto de Edital da PROGRAD-UFRN, cujo objetivo foi a melhoria da qualidade de ensino no âmbito dos cursos de graduação. Idealizado pelo Laboratório de Pesquisa e Extensão em Neuropsicologia (LAPEN-UFRN) e pela Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE-UFRN), resultado da parceria de professores, pesquisadores e técnicos, oriundos de diferentes Departamentos da UFRN, este produto coletivo, tecido a muitas mãos, se apresenta como ferramenta de empoderamento do professor em sala de aula, auxiliando-o, durante o exercício do seu ofício, na tarefa nobre e cotidiana de lidar com a diversidade, em todas as suas nuances.

As cartilhas contemplam os domínios da Deficiência Visual, Surdez, Altas Habilidades, Transtorno do Espectro do Autismo, Transtornos de Aprendizagem, Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade e Saúde Mental. A estrutura de cada volume traz informações conceituais, dados legais, orientações didático-pedagógicas e links úteis.

Por fim, reflete-se acerca dos embates envolvidos no processo de diagnóstico. Apontado por muitos como rotulação, despersonalização e estigmatização, defende-se aqui que o grande desafio não está no diagnóstico em si, mas no uso que uma cultura faz dele. A defesa da diversidade de formas de existências qualitativamente diferentes, independentemente dos nomes que recebem, não passa necessariamente por transformar o humano numa vivência homogênea, mas sim, no reconhecimento de formas de ser e estar no mundo, formas de aprender e se desenvolver que seguem caminhos diversos.

Compreender o funcionamento idiossincrático destas formas de experiência é essencial para darmos os primeiros passos na direção de uma universidade verdadeiramente inclusiva, pois não se inclui negando a diferença, se inclui ofertando espaços de aprendizagem que garantam a equidade.

Em tempos de ameaça à universidade pública, gratuita e de excelência para todos, este conjunto de cartilhas reafirma o nosso papel e compromisso com a ciência e com a sociedade. Fica o convite à leitura, ao enfrentamento e à transformação dos espaços universitários, garantindo plenamente, no chão da sala de aula, o direito garantido no papel aos estudantes. Direito que precisa ganhar corpo para poder dar asas àqueles que experienciam voos cujas rotas são distintas daquelas costumeiramente observadas.

Profa. Dra. Izabel Hazin

Professora do Departamento de Psicologia (DEPSI/UFRN)
Coordenadora Geral do Projeto

SOBRE AS AUTORAS

Danielle Garcia

Possui mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN (2009-2011 e 2012-2016), e graduação em Psicologia pela mesma instituição (2004-2008). Integra o Laboratório de Pesquisa e Extensão em Neuropsicologia da UFRN (2007-atual), atua como Psicóloga Escolar do quadro permanente da UFRN, integrando a Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão no domínio da Neuropsicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem.

Sarah Lima

Psicóloga formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPgPsi/UFRN). Pesquisadora no Laboratório de Pesquisa e Extensão em Neuropsicologia (LAPEN/UFRN). Membro do projeto de extensão Serviço de Neuropsicologia da Infância e da Adolescência.

INFORMAÇÕES CONCEITUAIS

O que é o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH)?

O TDA/H caracteriza-se por um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade ao longo do desenvolvimento, em nível significativamente acima do esperado, associado a prejuízos acadêmicos e psicossociais (POLANCZYK, [et.al] 2014). Embora a maioria da população apresente eventualmente tais sintomas, o TDAH propriamente dito acomete somente cerca de 5% das crianças e 2,5% dos adultos (American Psychiatric Association, 2014).

Desatenção, hiperatividade e impulsividade correspondem apenas ao espectro observável do quadro, ao qual subjaz um padrão regular de alterações no Sistema Nervoso Central. Disfunções no córtex frontal e em suas conexões têm sido associadas a prejuízos às funções executivas, os quais, por sua vez, são determinantes na emergência dos sintomas do TDA/H (ERTHAL, [et.al], 2016).

Funções Executivas: processos cognitivos que permitem ao indivíduo coordenar e regular o comportamento segundo as demandas do ambiente, envolvendo capacidades como inibir distrações e respostas automáticas; armazenar e manipular temporariamente informações necessárias ao uso imediato; e habilidade de considerar diversas abordagens ou perspectivas na resolução de problemas (SEABRA [et.al], 2014).

No que diz respeito à desatenção, pessoas com TDA/H apresentam dificuldades na regulação da atenção, tanto para sustentá-la pelo tempo necessário quanto para controlar a interferência de estímulos distratores alheios (HINSHAW & ELLISON, 2016). Como resultado, o indivíduo possui dificuldades em permanecer em uma tarefa – notadamente

naquelas que exigem esforço mental –, cometendo erros por distração ou desistindo da execução (CARREIRO, [et.al] 2014; DUMAS, 2011).

Quanto à hiperatividade e à impulsividade, dizem respeito à inquietude e ao ímpeto do sujeito por atividade, possivelmente decorrentes de dificuldades em controlar seu fluxo de ação e de pensamento. Tal indivíduo é constantemente “bombardeado” por distrações ou impulsos que comprometem o engajamento em uma atividade por vez. Salienta-se que a hiperatividade pode se manifestar apenas em nível de pensamento ou de atividades motoras menores.

Pessoas com TDA/H costumam também apresentar dificuldades de planejamento e organização, de modo que tarefas simples como estimar tempo, cumprir prazos, organizar uma sequência de passos para um objetivo, prever resultados, mensurar consequências e utilizar experiências anteriores para planejamentos futuros são para elas incumbências extremamente difíceis.

Os sintomas do TDA/H modificam-se com o transcorrer do desenvolvimento e assumem diversas apresentações, assim como diversos níveis de gravidade e comprometimento (HINSHAW; ELLISON, 2016; TILLMAN, [et.al] 2011). Na idade adulta, a desatenção geralmente permanece sob a forma de um precário controle das distrações, além de persistirem dificuldades na sustentação da atenção. No entanto, a dimensão da hiperatividade tende a diminuir (BENFORT, NORDFELDT; PERSSON, 2008).

Os prejuízos apresentados pelos sujeitos com TDA/H podem oferecer gatilhos para a incidência de outros transtornos, como os de ansiedade e humor. Ressalta-se ainda que, por comprometer diversas áreas cognitivas, o quadro frequentemente dá origem a dificuldades de aprendizagem. Dessa forma, discentes com TDA/H possuem Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e necessitam de apoio pedagógico para obter êxito acadêmico.

DADOS LEGAIS

Em âmbito federal, o atendimento às necessidades educacionais especiais de estudantes com TDA/H no ensino regular atualmente está respaldado na legislação federal vigente, na qual se destacam a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394/1996 – e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008).

A **Constituição Federal de 1988**, em seus artigos 205, 206 e 208, dispõe sobre o direito constitucional à educação, sobre a igualdade para o acesso e permanência na escola e sobre o atendimento educacional especializado. A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, nº 9.394/1996, por sua vez, reafirma esse compromisso, de modo que, como qualquer outro educando, o estudante com TDA/H deve ter assegurado o direito à educação em qualquer nível de ensino, da educação infantil ao ensino superior.

Já a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** (MEC, 2008) estabelece a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, com a função de disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade, bem como o atendimento educacional especializado. Mais especificamente, no que diz respeito aos chamados “transtornos funcionais específicos”, dentre os quais podemos incluir o TDA/H, a política estabelece que a educação especial deva atuar de forma articulada com o ensino comum. Para tanto, orienta quanto ao atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

Destaca-se ainda que, desde o ano de 2012, o edital do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – prova utilizada para o ingresso em cursos de nível superior no Brasil – apresentou avanços no reconhecimento do direito de pessoas com TDAH a atendimento especializado, por meio da garantia de 60 minutos a mais na execução da avaliação.

Além das garantias legais supracitadas, entidades e associações representativas das pessoas com TDA/H vêm se articulando em prol da aprovação de dispositivos legais mais específicos que possam fortalecer as garantias dessa população. Destaca-se, nesse sentido o Projeto de Lei nº 7.081 de 2010, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, o qual dispõe sobre diagnóstico e tratamento do TDA/H e Dislexia na Rede Pública de Educação.

ORIENTAÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

Visando atender às necessidades educacionais especiais dos estudantes com TDA/H, são sugeridas estratégias didático-pedagógicas que contemplem as especificidades dessa população, abrangendo desde o período anterior às aulas até as atividades avaliativas. Salienta-se que tais estratégias devem ser adotadas mediante a garantia de que não causarão prejuízos à aferição da aprendizagem do estudante. A adoção das estratégias didático-pedagógicas mencionadas tem como objetivo a minimização das dificuldades e a promoção dos avanços no processo de aprendizagem do discente com TDA/H. Tais estratégias serão apresentadas a seguir.

Anteriormente ao início do período letivo

- Orientação acadêmica:
 - No processo de matrícula, considerando-se a possibilidade de redução dos componentes curriculares a serem cursados semestralmente, bem como a mescla da natureza das disciplinas segundo níveis de complexidade e exigências;
 - Na organização das atividades acadêmicas e no planejamento do semestre;
- Ao longo do período letivo
 - Disponibilização de professores e/ou monitores para:
 - Auxiliar no estabelecimento de estratégias de estudo e organização, como tomada de notas, resumos, fichamentos, diagramas, preparação e realização de testes e conclusão de trabalhos;

- Orientar e ajudar na organização das atividades, no estabelecimento de uma rotina de estudos e no manejo dos prazos;
- Manter diálogo sobre suas necessidades, dificuldades e possibilidades, de modo que o estudante se sinta mais motivado.

Anteriormente às aulas presenciais

- Disponibilização prévia de slides, resumos e fichamentos com a síntese dos conteúdos acadêmicos ministrados, de forma a melhorar a compreensão do conteúdo em sala de aula;
- Disponibilização de roteiro detalhado de estudos;
- Disponibilização de horários para plantão de dúvidas (com professores e/ou monitores).

Em sala de aula

- Alocação de espaço físico que contribua para a promoção da concentração, como local próximo ao professor;
- Arranjo de carteiras que dificulte a distração;
- Oferta de metodologias diversificadas de ensino;
- Permissão para que o estudante grave as aulas para que possa rever os conteúdos posteriormente;
- Utilização de “problemas-desafio” no início das aulas, visando a aumentar as chances de o estudante manter-se engajado até que as respostas sejam dadas, de preferência ao final da atividade;
- Estabelecimento de tarefas e exercícios significativos, que envolvam situações de aprendizagem ágeis e novas, que atraiam seu interesse e criatividade e que impliquem um desafio;
- Sugestão de pistas, dicas, atalhos ou associações que ajudem o discente a lembrar do conteúdo, executar atividades ou resolver problemas;
- Oferta de pautas consistentes sobre o que o estudante deve fazer, fornecendo instruções de forma parcelada e, se necessário, enumerando os passos da tarefa;

- Orientação para a resolução de problemas, ajudando o discente a descobrir, selecionar e sistematizar as informações relevantes;
- Uso mais intensivo de recursos audiovisuais, como slides e filmes;
- Realização de revisões sistemáticas do conteúdo, visando a melhorar o processo de compreensão e memorização;
- Oferta de *feedback* a respeito do desempenho do estudante, elogiando-o a cada conquista – de modo a elevar sua autoestima – bem como oferecendo orientações construtivas com relação aos erros que venham a acontecer.

Sobre o material utilizado

- Não utilização de materiais extensos e repetitivos, utilizando, caso seja possível, bibliografia alternativa mais sintetizada;
- Substituição ou complementação de textos extensos com ilustrações, imagens, esquemas, fluxogramas ou gráficos, de forma que o estudante possa se apoiar nestes para recuperar o conteúdo e compensar eventuais dificuldades de abstração;
- Disponibilização de vídeo-aulas como referências complementares;

Em atividades avaliativas

- Não utilização de modalidades avaliativas sob pressão de tempo ou com sinais sonoros, ou ainda quaisquer modalidades potencialmente ansiogênicas (capazes de causar ansiedade);
- Estabelecimento de formas alternativas de avaliação, que contemplem diferentes expressões e linguagens, como trabalhos, seminários e atividades práticas;
- Adoção de estilos avaliativos que proporcionem o aprendizado durante a realização e forneçam atalhos para a recuperação mnemônica do conteúdo;
- Substituição ou complemento de textos extensos com ilustrações, imagens, esquemas, fluxogramas ou gráficos, de maneira que o estudante possa se apoiar nestes para recuperar o conteúdo;
- Utilização de questões tanto discursivas quanto objetivas, visando por meio das últimas proporcionar a recuperação do conteúdo por intermédio da via do reconhecimento mnemônico;

- Tendo em vista a dificuldade em manter o engajamento atencional no tempo, bem como a labilidade motivacional apresentada por pessoas com o TDA/H:
 - Não utilização de avaliações excessivamente extensas, reduzindo o número de questões das atividades de avaliação e, quando necessário, adoção de fracionamento da avaliação, realizando-a em mais de um momento ou;
 - Estabelecimento de prazos ampliados para a entrega de trabalhos e preparação para as provas, por meio de cronograma alternativo a ser organizado entre professor e aluno ou;
 - Disponibilização de tempo adicional para a realização de atividades acadêmicas, como exercícios, trabalhos e provas.

PARA REFLETIR:

“Implementar tal política [de inclusão] não é tarefa simples, pois uma educação inclusiva – no sentido em que a proposta foi concebida - coloca em cheque os pressupostos que consubstanciam a escola [universidade] como a conhecemos: meritocrática, seletiva, excludente e, de modo geral, em nosso país, de baixa qualidade.(...) A transformação de uma escola [universidade] tradicional em escola [universidade] inclusiva é um processo político pedagógico complexo, que envolve atores (professores, alunos e suas famílias) e cenários reais (escolas [universidades] diferentes inseridas em diferentes comunidades), e não basta para isso ter vontade política e disponibilizar recursos financeiros e/ou materiais.” (GLAT, 2009).

INFORMAÇÕES SOBRE SERVIÇOS NA UFRN

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE

Site: <http://www.proae.ufrn.br/>

Coordenadoria de Apoio Pedagógico e Ações de Permanência – CAPAP:

Localização: Central de Atendimento ao Discente – CADIS - Campus Central da UFRN;

Telefone: (84) 3215-3309 / 3312

Coordenadoria de Atenção à Saúde do Estudante – CASE:

Localização: Central de Atendimento ao Discente – CADIS - Campus Central da UFRN;

Telefone: (84) 3342-2278 – Ramal: 7

Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais - CAENE

Localização: Centro de Convivência Djalma Marinho

Telefones: (84) 3342-2232 / (84) 99480-6834

E-mail: inclusao@reitoria.ufrn.br

Site: www.caene.ufrn.br

Núcleo de Apoio ao Discente – NADIS - CCSA

Localização: Campus Central da UFRN - NEPSA I

Telefone: (84) 3342-2288 – Ramal: 110 / (84) 99474-6756

E-mail: nadisccsa@gmail.com

Central de Atendimento ao Discente - CADIS (Relógio do Sol)

Localização: Campus Central da UFRN - Relógio do Sol

Telefone: (84) 3342-2278 - Ramal: 6

e-mail: assuntos_estudantis@reitoria.ufrn.br

Curso de Licenciatura em Letras-Libras/LP

Localização: Campus Central da UFRN – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA)

E-mail: coordletras.cchla@gmail.com

Telefone: (84) 3342-2220 – Ramal:2

Comitê dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais e Língua Portuguesa da UFRN

Localização: Campus Central da UFRN – Departamento de Letras UFRN

E-mail: coordtils@gmail.com/ secletras@cchla.ufrn.br

Telefone: (84) 3342-2220 - Ramais: 200 e 201 / 9474-6717

Laboratório de Tecnologia Educacional do Centro de Educação UFRN

Localização: Campus Central da UFRN – Centro de Educação

E-mail: lte@ce.ufrn.br

Telefone: (84) 3342-2270

Site: <http://lte.ce.ufrn.br/>

Laboratório de Acessibilidade da BCZM

Localização: Biblioteca Central Zila Mamede

Telefone: (84) 3342-2260 (opção 4 + opção 6)

E-mail: l.acessibilidade@gmail.com

Site: <https://laccessibilidade.bczm.ufrn.br/>

Serviço de Psicologia Aplicada – SEPA

Localização: Campus Central da UFRN

Telefone: (84) 3342-2234

Site: <https://ufrnsepa.wordpress.com/>

LINKS ÚTEIS

ABDA Associação Brasileira de Déficit de Atenção:

www.tdah.org.br

Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – MEC:

<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao>

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: *DSM-5*. 5ª ed.; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento [et al.]. Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli [et al.]. Porto Alegre: Artmed. 2014.

BERNFORT, L., NORDFELDT, S.; PERSSON, J. (2008). ADHD from a socio-economic perspective. **Acta Paediatrica**, 97(2), 239-245. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: DF. 2008. Disponível em: [http:// portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf). Acesso em: 07 mar. 2019.

CARREIRO, L. R. R., [et al.]. Funções executivas e transtornos do desenvolvimento. In: Seabra, A. G. et al. (Orgs.) *Inteligência e funções executivas: avanços e desafios para a avaliação neuropsicológica*, p.113-140, São Paulo: Memnon. 2014.

DUMAS, J. E. O transtorno hipercinético ou transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade. In **Psicopatologia da Infância e da Adolescência**. p. 226-271 Porto Alegre: Artmed. 2011.

ERTHAL, P., [et. al.]. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: aspectos neuropsicológicos e de neuroimagem e sua relação com a vida real. In: J. F. de Salles, V. G. Haase; L. F. Malloy-Diniz (Orgs.), **Neuropsicologia do desenvolvimento: infância e adolescência** (p. 99-106). Porto Alegre: Artmed. 2016.

HINSHAW, S. P.; ELLISON, K. **ADHD: what everyone needs to know**. New York: Oxford University Press. 2016.

POLANCZYK, G. V., [et. al.]. ADHD prevalence estimates across three decades: an updated systematic review and meta-regression analysis. *International Journal of Epidemiology*, 43, 2, 434-442. 2014.

SEABRA, A. G., [et. al.]. Modelos de Funções Executivas. In: A. G. Seabra, J. A. Laros, E. C. Macedo & N. Abreu (Eds.). **Inteligência e funções executivas: avanços e desafios para a avaliação neuropsicológica**, p. 41-55. São Paulo: Memnon. 2014.

TILLMAN, C., [et. al.]. The relation between working memory components and ADHD symptoms from a developmental perspective. *Developmental Neuropsychology*, 36 (2), 181–198. 2011.



FICHA TÉCNICA

Projeto	Edital N° 02/2018 – Projeto de Apoio à Melhoria na Qualidade do Ensino de Graduação (PAMQEG)
Recursos	Fundo Acadêmico de Ensino de Graduação
Pró-reitora de Graduação	Maria das Vitórias Vieira Almeida de Sá
Título	INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
Autoras	Danielle Garcia Sarah Lima
Coordenação editorial	Sarah Lima
Revisão de Língua Portuguesa e de Estrutura	Jéssica Santos de Oliveira
Capa, Projeto gráfico e Diagramação	Amanda Marques
Formato	E-book PDF
Tipologia	Montserrat e Avenir
Local e data	Natal (RN), 2019



Depsi

